ENTENDA O MROSC
Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil ilustrado
do Planejamento à Prestação de Contas

Como está organizada a Lei 13.019/2014?

A parceria entre os órgãos ou entidades da administração pública e as OSCs envolve cinco fases principais:

1. **Planejamento e Gestão Administrativa**
2. **Seleção e Celebração**
3. **Execução**
4. **Monitoramento e Avaliação**
5. **Prestação de Contas**
## Quem são as OSCs?

<table>
<thead>
<tr>
<th>Organizações da sociedade civil</th>
<th>Associações</th>
<th>Fundações</th>
<th>Organizações religiosas</th>
<th>Cooperativas sociais e de interesse público</th>
<th>Não se aplica a Lei 13.019/14</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Quem são as OSCs?</td>
<td>Associações, fundações, organizações religiosas e as sociedades cooperativas que atuam com vulnerabilidade social, cooperativas sociais de combate à pobreza e geração de trabalho e renda.</td>
<td>União de pessoas que se organizam para fins não econômicos (artigo 53 a 61 do Código Civil).</td>
<td>Dotação especial de bens livres e patrimônio para fins de assistência social, cultura, educação, saúde, etc; (artigo 62 a 69 do Código Civil)</td>
<td>Organização dedicada a atividades ou a projetos de interesse público distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos (artigo 44, §1º do Código Civil).</td>
<td>i) SUS; ii) aos contratos de gestão celebrados com OSs, aos termos de parceria celebrados com OSCPs; iii) Lei Cultura Viva; iv) PAED, FNAE, PDDE; v) parcerias da Administração com o Sistema “S” e as contribuições associativas.</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Organizações da sociedade civil

<table>
<thead>
<tr>
<th>Requisitos estatutários</th>
<th>Tempo de existência e sede</th>
<th>Experiência prévia e capacidade técnica</th>
<th>Regularidade fiscal</th>
<th>Quadro de dirigentes</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Cópia do estatuto e alterações para comprovar: i) Objetivos voltados à promoção de finalidades de relevância pública e social; ii) transferência do patrimônio líquido a outra entidade, em caso de dissolução; iii) escrituração de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade.</td>
<td>03 anos no âmbito federal comprovados por cadastro ativo no CNPJ. São 02 anos para os estados e 01 ano para os municípios. Deve comprovar endereço de funcionamento por documento como conta de consumo ou contrato de locação. Importante manter CNPJ atualizado.</td>
<td>Comprova experiência de 01 ano na realização do objeto da parceria ou de objeto semelhante por: a) instrumentos de parceria firmados com outras pessoas jurídicas; b) relatórios de atividades; c) publicações e pesquisas; d) currículos de integrantes; e) declarações de experiência e capacidade; f) prêmios de relevância.</td>
<td>i) Certidão de débitos relativos a créditos tributários federais e a dívida ativa da União; ii) certificado de regularidade do FGTS; e iii) certidão negativa de débitos trabalhistas.</td>
<td>Relação nominal dos dirigentes e declaração de que não incorrem em nenhuma das hipóteses previstas no art. 39 da Lei 13.019/2014, os dirigentes e nem a organização. Deverão ter “ficha limpa”, para parceirizar com o Poder Público.</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Planejamento

**Decisão sobre a celebração de parcerias**
Determina que a administração pública verifique sua capacidade técnica e operacional de avaliar as propostas com rigor técnico; designar gestores habilitados a controlar e fiscalizar a execução, possuir disponibilidade orçamentária e apreciar as prestações de contas na forma e prazos determinados.

**SICONV**
Registro em plataforma eletrônica. MPOG definirá o prazo de adaptação do SICONV às regras aplicáveis ao novo regime de parcerias, até 60 dias após a publicação do Decreto 8.726/16.

**Escolha do instrumento**
Definição pela Adm. do Termo ou Acordo que instrumentalizará a parceria com a organização da sociedade civil, de acordo com as particularidades do objeto e parâmetros de sua execução.

**Atuação em rede**
Opção pela execução do objeto por intermédio da metodologia de atuação em rede, cuja possibilidade deve ser prevista no edital de chamamento público, ou seja, pactuada de início.

**Capacitação**
Lei 13.019/14 poderá ser incorporada aos planos de capacitação próprios dos órgãos e entidades públicas federais que deverão priorizar formação conjunta de servidores e OSCs.

---

**Avaliação da Capacidade técnica e operacional**

**Administração Pública**
Parceria

**Organizações da Sociedade Civil**

**Capacidade técnica e operacional da OSC**
(Decreto art. 26, III)

- Comprovantes de experiência prévia de, no mínimo, um ano de capacidade técnica e operacional que serão desenvolvidos
- Instrumentos de parceria firmados com a administração pública ou outras OSCs
- Relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas
- Publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela OSC ou a respeito dela
- Curriculos profissionais dos integrantes da equipe (responsáveis)
- Declarações de experiência prévia e capacidade técnica no desenvolvimento de atividades relacionadas ao objeto da parceria ou em projetos de natureza semelhante
- Prêmios locais e internacionais de relevância recebidos pela OSC

**Comissão de Seleção**
**Comissão de monitoramento e avaliação**
**Prestação de Contas**
**Programação orçamentária e financeira (PPA e LOA)**
**Chamamento Público**

Deverá ser devidamente justificado pela Administração Pública (Lei art. 32).

### Dispensável

(Lei art. 30)

- Urgência decorrente de paralisação ou inibiência de paralisação de atividades de relevante interesse público, pelo prazo de até 180 dias (Lei art. 30 II)
- Guerra, calamidade pública, grave perturbação da ordem pública ou ameaça à paz social (Lei art. 30 IV)
- Programa de proteção a pessoa ameaçadas ou em situação que possa comprometer sua segurança (Lei art. 30 III)
- Atividades voltadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que a OSC esteja previamente credenciada pelo órgão gestor da política pública (Lei art. 30 V)

### Inexigível

(Lei art. 31)

- Hipótese de inviabilidade de competição entre as OSCs
- A parceria ter incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual seja indicado as instituições que utilizarão os recursos (Lei art. 31 III)
- A parceria decorrer de transferência para OSC que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária (Lei art. 31 IV)

Os termos de colaboração ou de fomento que envolvem recursos decorrentes de emendas parlamentares e os acordos de cooperação que não envolvem comodato, doação de bens ou compartilhamento patrimonial serão celebrados sem chamamento público (Lei art. 29).

---

Edital especificará, no mínimo:

(Lei art. 24, §1º)

1. a programação orçamentária que autoriza e viabiliza a celebração da parceria;
2. o objetivo da parceria;
3. as datas, os prazos, as condições, o local e a forma de apresentação das propostas;
4. as datas e os critérios de seleção e julgamento das propostas, inclusive a metodologia de pontuação;
5. o valor previsto para a realização do objeto;
6. condições para interposição de recurso administrativo;
7. minuta do instrumento por meio do qual será celebrada a parceria;
8. medidas de acessibilidade para pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida e idosos;

O edital deverá ser amplamente divulgado em sítio oficial, com antecedência mínima de 30 dias (Lei art. 26).
## Seleção e Celebração

<table>
<thead>
<tr>
<th>Chamamento público obrigatório</th>
<th>Transparência e democratização do acesso às parcerias com os editais. Comissão de Seleção ou Conselho Gestor.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Territorialidade</td>
<td>Lei autoriza limitar geograficamente o chamamento, nos casos de organizações sediadas ou atuantes em determinada unidade da federação ou por imperativos das políticas públicas.</td>
</tr>
<tr>
<td>Critérios de seleção</td>
<td>Critérios de seleção permitem cotas, pontuação diferenciada, execução por público determinado, promovendo direitos de minorias e reduzindo desigualdades sociais e regionais.</td>
</tr>
<tr>
<td>Cláusulas e condições específicas do edital</td>
<td>O edital deve prever se haverá contrapartida em bens e serviços (proibida para parcerias até R$600 mil), se a execução da parceria prevê atuação em rede e as medidas de acessibilidade.</td>
</tr>
<tr>
<td>Dispensa de chamamento público</td>
<td>I) Urgência, II) calamidade pública, III) programa de proteção, IV) assistência social, educação e saúde.</td>
</tr>
<tr>
<td>Inexigibilidade de chamamento público</td>
<td>Natureza singular do objeto da parceria; acordo internacional; subvenção social.</td>
</tr>
<tr>
<td>Emendas parlamentares</td>
<td>Não há necessidade de chamamento público, mas devem seguir as demais regras de celebração, execução, monitoramento, avaliação e prestação de contas.</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Comissão de Seleção

- Comissão deve ter ao menos 1 servidor de cargo efetivo ou emprego permanente, com possibilidade de especialistas e assessoramento externo. Designada pelo órgão ou constituída pelo Conselho Gestor de Fundos Setoriais, conforme legislação específica.

### Processo

- Publicação do edital, recebimento e avaliação de propostas, divulgação do resultado preliminar, análise dos recursos e homologação do resultado final. Documentos e Plano de Trabalho são apresentados depois, com procedimento inspirado no pregão (inversão de fases), conforme preconiza a Lei 13.019/2014.

### Prazo do edital

- O edital deverá estar aberto para receber propostas por no mínimo 30 dias a partir de sua publicação no SICONV.

### Propostas

- I) descrição da realidade e o nexo com a atividade ou projeto; ii) ações a serem executadas, as metas e seus indicadores; iii) prazos para execução; e, iv) valor global.

### Convocação das selecionadas

- Somente as OSCs selecionadas são convocadas a encaminhar o plano de trabalho detalhado e a comprovar os requisitos documentais e estatutários para celebração da parceria.
<table>
<thead>
<tr>
<th>Selecção e Celebração</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Plano de Trabalho</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Deve constar do plano de trabalho: descrição da realidade; as metas e atividades ou projetos a serem executados; previsão de receitas e de despesas, incluindo compatibilidade dos custos e pagamentos em espécie; forma de execução e forma de aferição das metas (art. 22).</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Remuneração da equipe de trabalho</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Plano de trabalho deve dispor sobre a equipe de trabalho, inclusive de pessoal próprio, incluindo despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, FGTS, férias dentre outros (art. 46).</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Prazo de vigência</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Prazo de vigência da parceria, limitando em 10 anos no caso de termo de cooperação para execução de atividades e 5 anos para os demais casos</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Bens remanescentes</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Cláusula de bens remanescentes deverá decidir se a titularidade será do órgão, quando necessários a outra parceria ou a continuidade pela adn pública, que terá 90 dias para retirar após a PC final, ou da organização, quando este à continuidade da execução pela OSC, podendo prever a possibilidade de doação a 3os, inclusive beneficiários da política, demonstrada utilidade (art. 23 do Decreto).</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Propriedade intelectual</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Se houver produção de bem submetido ao regime jurídico relativo à propriedade intelectual, o termo ou acordo disporá sobre sua titularidade e seu direito de uso, devendo dispor sobre o tempo e prazo da licença, modalidades de utilização, e a indicação quanto ao alcance da licença, se para o território nacional ou outros territórios.</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Celebração</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Vedações para celebrar parceria</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>i) Omissão de prestar contas de parceria; ii) possui dirigente membro de Poder; iii) contas rejeitadas pela Adm. nos últimos 5 anos; iv) efeito de sanções administrativas; v) contas da pessoa jurídica ou dirigente julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal de Contas nos últimos 8 anos.</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Cadastros ou sistemas</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>i) CEPIM; ii) SICONV; iii) SIAFI; iv) SICAF; v) CADIN; para verificar se há ocorrência imediata à celebração.</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Entes federados no SICONV</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Plataforma eletrônica deverá disponibilizar funcionalidade para Estados, Municípios e DF, incluindo seus Tribunais de Contas, para que informem da rejeição de contas de parcerias por eles firmadas. Cada ente deverá ter sua própria plataforma.</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Vedação a dirigente membro de Poder</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Vedação de que haja na organização dirigente que seja titular de cargo estrutural à organização política do país, que exerça atividade de governo, remunerada, como PR, Governadores, Prefeitos, Ministros, Secretários, Senadores, Deputados, Vereadores, Juízes e Promotores; ou cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, até segundo grau. Não são membros de poder os conselheiros de políticas públicas. Exceção a essa proibição são as associações de representação federativa que poderão, por sua natureza, serem conformadas por membros de poder.</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Assinatura</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Deve ser feita pelo Ministro de Estado, permitida a delegação e vedada a subdelegação.</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Chamamento Público de Parcerias com OSC

Etapa de Seleção (competitiva)

1ª fase

- **Edital**
  - (divulgação por mín. 30d) (Decreto art.9)
  - Programação Orç.
  - Objeto da parceria
  - Data, prazos, critérios etc.
  - VALOR (estimativa de custo)
  - Minuta de instrumento da parceria
  - Critérios de julgamento
  - Parecer jurídico prévio

- **Avaliação das propostas**
  - (prazo estabelecido no edital) (Decreto art.16)
  - Descrição da realidade
  - Objetivos e metas
  - Prazo
  - Valor global
  - Apresentação das propostas em até 5d (Decreto art.15)

- **Comissão de Seleção**
  - Divulgação do resultado preliminar (prazo do edital) (Decreto art.16, §47)
  - Não caberão novos recursos (Decreto art.16, §47)

- **Comissão de Seleção**
  - Análise de eventuais recursos e homologação dos resultados definitivos do processo de seleção (Decreto art.19)
  - Prazo para análise dos recursos 05 dias

Etapa de Celebração

2ª fase

- **OSC**
  - (Decreto art.17)

3ª fase

- **Análise de eventuais recursos e homologação dos resultados definitivos do processo de seleção (Decreto art.19)**
  - Prazo para análise dos recursos 05 dias

4ª fase

- **Convenção da OSC para apresentação do Plano de Trabalho e verificação de requisitos documentais (Lei arts.2 e Decreto arts.25 e 26)**
  - Plano de Trabalho
  - Requisitos (Decreto art.26)
  - Requisitos Estruturais (em art. 33)
  - Requisitos Documentais (em art. 34)

5ª fase

- **Emissão de Parecer de órgão Técnico (Lei art. 19, §9)**
  - Mérito de proposta
  - Identidade e responsabilidade do interessado
  - Viabilidade de sua execução

6ª fase

- **Celebração da(s) selecionada(s)**
  - Assinatura do termo
  - Entrega do Manual de Prestação de Contas
  - Publicação do extrato no Diário Oficial

- **Administração Pública**
  - Adm. Pública analisa a documentação e o Plano de Trabalho
  - Elaboração do cronograma de desembolso
  - Ações com pagamento em espécie

- **Parecer Jurídico**
  - Parecer jurídico

- **Administração Pública**
  - A celebração depende de indicação expressa de prévia deparação orçamentária (Decreto art.24)
Documentos a serem apresentados pela OSC para celebração da parceria
(Lei art. 33, 34 e Decreto art. 26)

- Cópia do estatuto registrado e suas alterações;
- Comprovante de inscrição no CNPJ, demonstrando que a OSC existe há, no mínimo, três anos.
- Comprovantes de experiência prévia na realização do objeto da parceria;
- Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federativos
- Certificado de Regularidade do CRF/FGTS
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT
- Relação nominal atualizada dos dirigentes da OSC
- Cópia de comprovante de endereço declarado
- Declaração do representante legal da OSC com informação de que seus membros não incorrem em quaisquer vetasções do art. 39 da Lei 13.019/2014
- Declaração do representante legal da OSC sobre a existência de instalações ou previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria
**Etapa de Seleção (competitiva)**

- Lançamento do Edital
- Encerramento do Edital
- Apresentação das propostas
- Avaliação das propostas
- Prancheta para apresentação dos recursos
- Avaliação dos recursos
- Homologação e publicação do resultado final

**Etapa de Celebração**

- Contratação da OSC para a prestação do serviço do planejamento, tráfego e fiscalização
- Apresentação dos documentos e do Plano de Trabalho
- Análise do Plano de Trabalho e documentação
- Solidarização de ajustes
- Emissão da parecer técnico e jurídico
- Publicação e divulgação
- Execução

---

**70 dias de prazos legais**

**+ Prazos discricionários para os processos da Adm. Pública**
<table>
<thead>
<tr>
<th>Execução</th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td><strong>Compras e contratações</strong></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Organiza obrigações, permissões e vedações para aplicação dos recursos. Adoção de métodos usualmente utilizados pelo setor privado, para compras e contratações com recursos da parceria. Faculta a utilização do portal de compras (COMPRASNET) pelas OSCs. Responsabilidade exclusiva da organização (art.45 da Lei).</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>Compatibilidade de custos</strong></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>A organização da sociedade civil deverá verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no plano de trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação, e comprovar nova compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado (art.36).</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>Pagamentos</strong></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Os pagamentos deverão ser realizados mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final na plataforma eletrônica, com exceção para pagamentos em espécie aprovados e justificados no plano de trabalho, limitado a R$1.800,00 por beneficiário.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>Custos indiretos</strong></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Podem incluir, entre outras despesas, aquelas com internet, transporte, aluguel, telefone, consumo de água e luz e remuneração de serviços contábeis e de assessoria jurídica.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>Equipe de trabalho</strong></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Estão previstos no plano de trabalho, sejam proporcionais ao tempo efetivamente dedicado, sejam compatíveis com o valor de mercado, e observem os acordos e as convenções coletivas, não podendo ultrapassar em seu valor bruto e individual o teto da remuneração do Poder Executivo Federal.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>Verbas rescisórias</strong></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Podem ser pagas verbas rescisórias ainda que após o término da parceria, desde que proporcional ao tempo em que o profissional atuou na execução do objeto.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>Diárias</strong></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Podem ser pagas diárias referentes a deslocamentos, hospedagem e alimentação, nos casos em que a parceria assim o exigir, para a equipe de trabalho e os voluntários, nos termos da 9.608/98.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>Atuação em rede</strong></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Determina o prazo de até 60 (sessenta) dias da assinatura do termo de atuação em rede para que a celebrante comunique à administração pública quem serão as organizações executantes (art. 35-A).</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>Rastreabilidade do processo</strong></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Define a obrigação de conta corrente em banco público, com isenção da tarifa bancária, e permite pagamentos em espécie em caso de impossibilidade de transferência bancária (arts. 51, 52, 53).</td>
</tr>
<tr>
<td>Execução</td>
<td><strong>Liberação de Recursos</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>---</td>
<td>---</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>Alteração na parceria por Termo Aditivo</strong></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>Alteração na parceria por Apostilamento</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>
Monitoramento

<table>
<thead>
<tr>
<th>Obrigações do gestor da parceria</th>
<th>Determina que o gestor deve acompanhar e fiscalizar a execução da parceria e informar ao superior hierárquico a existência de fatos que comprometam a execução do parceria.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Comissão de Monitoramento e Avaliação-CMA</td>
<td>Instância colegiada responsável pelo monitoramento do conjunto de parcerias, pela proposta de aprimoramento dos procedimentos, padronização de objetos, custos e indicadores e homologação do Relatório Técnico de Monitoramento e avaliação. Terá a participação de pelo menos um servidor efetivo ou empregado permanente da administração pública.</td>
</tr>
<tr>
<td>Recursos de fundos específicos</td>
<td>Define que o monitoramento e a avaliação podem ser realizados pelos respectivos conselhos gestores, respeitadas as exigências desta Lei. Exemplos: Fundo de Criança e Adolescente, Idoso, Meio Ambiente, Direitos Difusos.</td>
</tr>
<tr>
<td>Ações e procedimentos</td>
<td>Acompanhamento e monitoramento realizado pelo gestor da parceria com caráter preventivo e saneador, com registro na plataforma eletrônica. Poderão ser utilizadas ferramentas tecnológicas (redes sociais, aplicativos e outros mecanismos de TI), visitas in loco e pesquisa de satisfação para a verificação do controle de metas e resultados, além de acompanhamento dos registros no SICONV.</td>
</tr>
<tr>
<td>Visitas técnicas <em>in loco</em></td>
<td>Deve ser comunicado com três dias úteis de antecedência e não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria.</td>
</tr>
<tr>
<td>Pesquisa de satisfação</td>
<td>Sempre que possível, parcerias com mais de um ano poderá realizar pesquisa de satisfação buscando captar elementos dos usuários para o monitoramento e avaliação na perspectiva do controle dos resultado. Poderá ser realizada em parceria. As OSCs poderão opinar sobre o conteúdo do questionário. O resultado será sempre sistematizado e enviado à OSC, para conhecimento, esclarecimentos e eventuais providências.</td>
</tr>
<tr>
<td>Apoio técnico de terceiros</td>
<td>A administração pode utilizar apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local da parceria, para colaborar com as ações de monitoramento.</td>
</tr>
<tr>
<td>Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação</td>
<td>O relatório técnico de monitoramento e avaliação do gestor da parceria será submetido à Comissão de Monitoramento e Avaliação para homologação.</td>
</tr>
<tr>
<td>Controle Social</td>
<td>Determina que as parcerias estarão também sujeitas aos mecanismos de controle social previstos na legislação, como os conselhos de políticas públicas e de direitos.</td>
</tr>
</tbody>
</table>
As ações de monitoramento e avaliação terão caráter preventivo e saneador e devem ser registradas na plataforma eletrônica (Decreto art. 51).

**Ações e procedimentos**

- Adm. Pública promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria (Lei art. 58 e Decreto art. 51 e 53).
- Visita In loco
  - Pesquisa de satisfação (parcerias com mais de 1 ano)
  - Acompanhamento dos dados inseridos na plataforma eletrônica, inclusive as informações do(s) Relatório(s) Parcial de Execução do Objeto enviados pela OSC
  - Ferramentas tecnológicas
  - Gestor da parceria registra informações de monitoramento no SICONV

- Para promover o monitoramento e avaliação, a administração pública poderá:
  - Valer-se de apoio técnico de terceiros
  - Delegar competências
  - Firmar parcerias com órgãos e entidades que se situem próximo ao local de aplicação dos recursos

**Para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto: prestação de contas anual**

- OSC apresentará o Relatório Parcial de Execução do Objeto (30 dias após o fim do exercício)
  - Alcance das metas
  - Descrição das ações
  - Doc. de comprovação do cumprimento do objeto
  - Doc. de comprovação do cumprimento da contrapartida (recolher)
  - Impactos econômicos ou sociais
  - Satisfação do público-alvo
  - Possibilidade de sustentabilidade das ações

- Admin. Pública analisará e emitirá parecer conclusivo sobre a prestação de contas anual, por meio de Relat. Téc. de Monitoramento e Avaliação
  - Relat. Téc. de Monitoramento e Avaliação será elaborado nos seguintes casos:
    - Parceria for selecionada por amostragem
    - For identificado o descumprimento injustificado do alcance das metas
    - For aceita denúncia de irregularidade na execução parcial do objeto

**Competência**

- Comissão de Monitoramento e Avaliação
  - Instância administrativa colegiada responsável por:
    - Monitorar o conjunto de parcerias
    - Aprimorar os procedimentos
    - Padronizar objetos, custos e indicadores
    - Produzir entendimentos voltados à priorização do controle de resultados

**Administração Pública com ou sem apoio de terceiros**

- Cada exercício tem período de 12 meses, contado a partir da primeira liberação de recursos
- OSC sempre apresentará o Relatório Parcial de Execução do Objeto
- Comissão de Monitoramento e Avaliação
  - Avaliação e homologação do Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação (em até 45 dias) (Decreto art. 61, §5º)
Prestação de Contas

Controle de resultados
Prioriza o controle de resultados e incentiva o uso de recursos de tecnologia de informação e conciliação bancária para o controle de meios.

Fases da prestação de contas
Define a prestação de contas em duas fases: apresentação das contas, de responsabilidade da OSC; análise e manifestação conclusiva das contas (pela aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição) de responsabilidade da administração pública.

Apresentação da Prestação de contas anual
Determina a prestação de contas anual pela OSC a cada 12 meses para parcerias cujo prazo de duração seja superior a 01 ano, para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas, por meio da apresentação do Relatório Parcial de Execução do Objeto.

Análise da prestação de contas anual
Deverá ser produzido Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação para análise da prestação de contas anual quando:
1. A parceria for selecionada por amostragem, conforme parâmetros definidos pela CGU;
2. for identificado o descumprimento injustificado do alcance das metas da parceria no curso das ações de monitoramento e avaliação; ou
3. for aceita denúncia de irregularidade na execução parcial do objeto, mediante juízo de admissibilidade realizado pelo gestor.

Relatório de Execução do Objeto
Conteúdo: i) demonstração do alcance das metas; ii) descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto; iii) documentos de comprovação do cumprimento do objeto; e, iv) documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver. Prazo de 30 dias após término da execução prorrogável por mais 15 mediante justificativa da OSC.

Relatório de Execução Financeira
Na hipótese de a análise concluir que houve descumprimento de metas estabelecidas no plano de trabalho ou evidência de irregularidade, a OSC será notificada para apresentar o Relatório Final de Execução Financeira em até 60 dias da data da notificação, prorrogável por mais 15 mediante justificativa da OSC. A administração pública somente solicitará e analisará o Relatório de Execução Financeira caso a OSC não comprove o cumprimento de metas.

Análise da Prestação de contas final
Parecer conclusivo do gestor deverá avaliar as metas alcançadas e seus benefícios, descrever efeitos na realidade local. Se for o caso de avaliar também o financeiro, deverá a análise efetuar o exame da conformidade pelo valor das receitas e despesas e a conciliação bancária. Deve concluir pela: i) aprovação das contas; ii) aprovação das contas com ressalvas; iii) rejeição das contas. Máximo de 300 dias.
Ações compensatórias
OSC pode solicitar autorização para a Administração Pública a fim de ressarcir o erário por meio de ações compensatórias de interesse público (art. 72, §2º da Lei), desde que não tenha huido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral de recursos. A realização das ações não poderá ultrapassar a metade do prazo previsto para a execução da parceria (art. 68, §3º do Decreto).

Registro da rejeição
Rejeição e suas causas devem ser registrados no SICONV e SIAFI, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

Juros e Atualização monetária
No caso de atraso da administração pública sem que haja dolo da OSC, não incide juros de mora, mas sim atualização monetária pelo IPCA/IBGE. Os juros serão SELIC para títulos federais.

Sanções
Estabelece o rito recursal das sanções administrativas: i) advertência; ii) suspensão temporária; e, iii) declaração de inidoneidade.

Prazo de prescrição para sanções
Define prazo de prescrição em 5 (cinco) anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas (art. 73).
A prestação de contas terá o objetivo de demonstrar e verificar os resultados e deverá conter elementos que permitam avaliar a execução do objeto, para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho (Decreto arts. 54 e 59)

Prestação de Contas Anual

1. Fase

- OSC apresenta a prestação de contas anual em até 30d após o fim de cada exercício (Decreto art. 59)
- Relatório Parcial de Execução do Objeto (Decreto art. 61)
- A análise da prestação de contas anual (Decreto art. 61)
- Doc. de comprovação do cumprimento do objeto
- Doc. de comprovação de cumprimento de contrapartida (se houver)
- Impactos econômicos e sociais
- Satisfação do público-alvo
- Possibilidade de sustentabilidade das ações
- Cada exercício tem período de 12 meses, contado a partir da primeira liberação de recursos

2. Análise do Relatório Parcial de Execução do Objeto, com ou sem produção do Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação

- A análise da prestação de contas anual será analisada por meio de produção do Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação somente nos casos de:
  - Parceria selecionada por amostragem
  - Aceita denúncia de irregularidade na execução parcial do objeto
  - Identificado o descumprimento injustificado do alcance das metas (pedirá relatório parcial de execução financeira)
- O gestor de parceria sempre deverá verificar os dados do Relatório Parcial de Execução do Objeto, independente da parceria ter sido selecionada por amostragem para análise das contas
- A análise de dados é para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho (Decreto art. 59)

3. Gestor da parceria produz Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação (Decreto art. 63)
- Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas
- Análise das atividades realizadas
- Valores efetivamente transferidos
- Análise dos documentos comprovantes das despesas, se houver relatório parcial de execução financeira
- Análise de eventuais auditorias realizadas

4. Comissão de Monitoramento e Avaliação (Decreto art. 49)
- A prestação de contas anual será considerada regular (Decreto art. 60, §2º)

5. Quando constatado o alcance das metas ou quando houver evidências de ato irregular (Decreto art. 60, §5)

6. Adm. solicita à OSC o Relatório Parcial de Execução Financeira (em até 30d) (Decreto art. 59)
- Relação das receitas e despesas realizadas, inclusive dos rendimentos financeiros
- Comprovante de devolução do saldo remanescente da conta bancária (se houver)
- Memória de cálculo do valor das despesas (quando for o caso)
- Relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados (se houver)
- Cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, com data de documento, valor e dados da OSC e fornecedor

7. Análise do Relatório Parcial de Execução Financeira (Decreto art. 57)
- Exame da conformidade das despesas
- Verificação da conciliação bancária

Quando não for comprovado o alcance das metas ou quando houver evidências de ato irregular (Decreto art. 60, §5)
Prestação de Contas Final

até 30 dias (Decreto art. 65)

OSC
Apresenta o Relatório Final de Execução do Objeto

Identificado descumprimento das metas ou irregularidades na aplicação dos recursos

Adm. Pública notificará a OSC para que apresente Relatório de Execução Financeira Final em até 60d (Decreto art. 66 e 69, III)

até 30 dias

(Decreto art. 67, I)

Contas aprovadas

Apresentar recursos

Contas aprovadas com ressalvas ou rejeitadas

OSC pode:
(Decreto art. 67)

até 45 dias (≤ 65 dias)
(Decreto art. 67, II)

Surgir a irregularidade

Contas rejeitadas

até 30 dias

(Decreto art. 68, II)

até 90 dias

Prazo Recursal

Adm. Pública tem até 150d (+ 150d) para analisar e julgar as contas (Decreto art. 69)

Fin do processo

até 30 dias

(Decreto art. 67, I)

Fin do processo

Contas aprovadas com ressalvas

Contas aprovadas

Até 30 dias

Dirigente máximo do órgão julga os recursos

Caso não seja julgada e mantida a decisão da unicidade, todos a processo aberto e julgado, o mesmo salvo para o seguinte mês de outubro, deverá ser decidido dentro de 30 dias

Fin da fase recursal (Decreto art. 69)

Reserva a planilha de análise das contas

Reserva a planilha para análise das contas

Fin do processo

Contas aprovadas com ressalvas

Contas aprovadas
# Regras de Transição

<table>
<thead>
<tr>
<th>Regra geral</th>
<th>Disciplina que as parcerias existentes no momento da entrada em vigor da lei permanecerão regidas pela legislação vigente ao tempo de sua celebração, sem prejuízo de aplicação subsidiária (art. 83), desde que em benefício do alcance do objeto da parceria (art. 91).</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Convênios prorrogáveis por período igual ou inferior</td>
<td>Podem ser prorrogados de ofício ou aitiados (prazo e valor), observada a legislação vigente ao tempo da sua celebração original e a aplicação subsidiária da <a href="https://www.planaltineb.gov.br/legislacao/legislacao/cd_lei/13_019/">Lei nº 13.019, de 2014</a> (prestação de contas por resultados, ações compensatórias, despesas indiretas e com equipe de trabalho).</td>
</tr>
<tr>
<td>Convênios com prazo indeterminado ou prorrogáveis por período superior</td>
<td>Devem ser, até 23/01/2017: i) substituídos por termo de fomento, de colaboração ou por acordo de cooperação, para adaptação ao disposto na referida Lei e neste Decreto, no caso de decisão do gestor pela continuidade da parceria; ou ii) rescindidos, justificada e unilateralmente, pela administração pública federal, com notificação à organização da sociedade civil parceria para as providências necessárias (art. 83 da Lei 13.019/2014). Excepcionalmente aitiados com vigência limitada até 23/01/2017.</td>
</tr>
<tr>
<td>Aplicação subsidiária</td>
<td>A prestação de contas das parcerias substituídas observará as regras do controle de resultados. Também poderá haver aplicação da regra de análise da prestação de contas focada no alcance de metas para os convênios e instrumentos congêneres que estejam em fase de execução de seu objeto ou que estejam em fase de análise de prestação de contas.</td>
</tr>
</tbody>
</table>
### O QUE MUDA PARA AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

- **Regime jurídico próprio**, mais adequado à forma de funcionamento das organizações
- **Clareza** sobre as regras a serem cumpridas, que hoje podem variar ano a ano, entre órgãos e entre entes
- **Permite pagamento da equipe de trabalho e de despesas administrativas**, proporcionalmente ao uso no objeto da parceria
- **Cria os Termos de Colaboração** (iniciativa da administração, para execução de políticas) de Fomento (para fomentar ideias novas, que contribuam para as políticas públicas - permite a iniciativa da sociedade civil) e o **Acordo de Cooperação** (parcerias sem transferência de recursos financeiros)

### O QUE MUDA PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- **Organiza**, em uma única lei nacional, o regramento do repasse de recursos para OSC
- **Consolida regras** como:
  - **chamamento público**, garantindo transparência e oportunidades iguais;
  - **exigência de “ficha limpa”** para organizações e seus dirigentes;
  - **exigência de tempo de existência** (3 anos) e experiência no objeto da parceria
- **Possibilita prestação e análise de contas simplificadas** para as parcerias e cria a aprovação com ressalvas
- **Amplia as exigências de planejamento das parcerias** com a sociedade civil